

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário da Manhã (6.0)

Class.: 461

Data 23 de agosto de de 1981

Pg.: _____

Bispos reagem às acusações da EBN

Os 15 bispos que se reuniram ontem em Goiânia reagiram às acusações da Empresa Brasileira de Notícias, segundo as quais a Igreja vem criando focos de tensão, agravando o problema fundiário, tendo, inclusive, apontados 50 pontos de conflito em todo o país. Os de Goiás estariam situados na região conhecida como Bico do Papagaio.

Para a Comissão Pastoral da Terra existem no Brasil mais de 900 casos de conflito, surgidos em consequência das pressões dos grileiros e latifundiários.

Ontem, no Convento Mãe Dolorosa, o presidente da Comissão Pastoral da Terra, Mario Cluzini, regional Centro-Oeste, informou aos bispos que uma operação repressiva pode começar a qualquer hora no Extremo-Norte de Goiás. Ela seria desenvolvida com a presença de policiais, vez que os posseiros têm resistido às pressões.

A CPT pediu a solidariedade dos bispos no trabalho de conscientização dos posseiros, principalmente os das dioceses em regiões conflitivas. O bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, afirmou que alguns órgãos do governo estão pretendendo forjar um pretexto para intervir no Extremo-Norte de Goiás, Oeste do Maranhão e Sul do Pará, tornando essas regiões uma área de segurança nacional. "Talvez, até criar o território dos carajás, para expulsar o restante de posseiros que ainda existem nessas redondezas", lembrou o bispo.

Já dom Fernando Gomes, da Arquidiocese de Goiânia ao responder,

aos jornalistas sobre uma notícia da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), de que a CPT e a Igreja vêm criando focos de tensão, disse, incisivamente, que toda a atuação da Igreja, seja através das CPTs ou CEBs, tem preocupado o governo. "Tudo o que a Igreja faz, o governo pensa que ela quer derrubá-lo do poder, mas estamos apenas ajudando na conscientização do povo sobre os seus direitos", explicou.

VIOLÊNCIA

Numa extensa nota sobre a violência contra posseiros, a qual foi discutida pelos bispos, a CPT denuncia que cinco carros, sendo dois da Polícia Militar e dois do Getat, além de outro, com chapa de Imperatriz (MA), chegaram ao povoado de Sumaúma, município de Sítio Novo de Goiás, na quarta ou quinta-feira, levando policiais e funcionários do Getat que entraram nas casas, ameaçando posseiros para que abandonassem a área. "Os policiais são de Sítio Novo e Araguaína, e estão sob o comando de um capitão desta última cidade. Foi reconhecido, entre eles, o cabo Brandão, de Sítio Novo. Os funcionários do Getat presentes são todos conhecidos na região, informa a nota.

Na reunião de ontem, entre outros assuntos, os bispos discutiram o trabalho da CPT, e as pressões que os seus agentes vêm sofrendo de órgãos oficiais. Para a Comissão Pastoral da Terra, é provocadora a matéria da EBN sobre os focos de tensão provocados por seus agentes. "Não são somente 50 os pontos de conflitos existentes

em todo o país, atualmente. Num levantamento parcial, a CPT encontrou, de 1978 até hoje, mais de 900 casos de conflito. Com os 50 pontos apontados pelo governo, ele pretende vender a idéia de que os conflitos não são provocados pela violência dos grileiros e latifundiários, com a cobertura e apoio dos órgãos públicos, mas criados pela ação da Igreja".

RESERVA INDÍGENA

Para o bispo de diocese de Goiás Velho, dom Tomás Balduino, as considerações do presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, de que existe um excesso de reservas indígenas no Brasil, "não tem nenhuma ponta de verdade". Segundo o bispo, a política da Funai apenas favorece os grileiros e fazendeiros, em detrimento dos índios. "A Funai entende que os índios têm terras demais, por isso tira a terras deles entregando-as aos grandes fazendeiros", disse.

Ele esclarece também que a Funai está entregando a questão indígena para ser resolvida pelos governadores dos estados, o que ele entende ser um erro fatal. "Um verdadeiro absurdo, pois a Funai deve procurar acabar com os conflitos entre índios e fazendeiros, demarcando as suas reservas e garantindo o direito desses índios sobre as suas terras. Agora, entregando essa responsabilidade aos governadores, vai acontecer o contrário, pois esses governadores são os principais grileiros de terras nessas regiões de conflitos indígenas", concluiu dom Tomás.